

# INTRODUÇÃO: CAMINHOS DA RETÓRICA E DA ARGUMENTAÇÃO

Decidimos reunir no presente volume um conjunto de textos que, entre nós (os organizadores), várias vezes apelidámos de «fortes». Com efeito, os textos escolhidos caracterizam-se por colocarem frontalmente questões teóricas e mapearem problemáticas que se afiguram fundamentais na teorização da retórica e da argumentação; por, além de propositivos (defendem explicitamente posições e teses), fazerem pensar, levantarem questões e permitirem assinalar pontos de discussão nucleares que permanecem na ordem do dia deste campo teoricamente plural; e, finalmente, por serem estimulantes e consistentes, quer pelas intuições que comportam, quer pelo modo de as explorar.

Claro que os textos e os autores que escolhemos correspondem a uma seleção cuidada. Ao invés de procurarmos organizar um livro que correspondesse ao ensejo de apresentar uma panorâmica teórica da «argumentação, hoje», optamos, deliberadamente, por reunir textos que, no seu conjunto, exprimissem aquelas que consideramos serem as questões mais relevantes e as perspetivas mais fecundas a considerar em termos do estudo da retórica e da argumentação. Trata-se, por conseguinte, de um volume em cujo agenciamento estão presentes questões de política teórica. Longe de se pretender neutro, ele assume um alinhamento que consideramos falar uma linguagem conceptual com que nos identificamos e que julgamos conter diretrizes essenciais para refletir de uma forma séria e aprofundada.

Os autores que reunimos neste livro são possuidores de uma obra relevante para o estudo da retórica, do discurso e da argumentação. Acreditamos que a divulgação de textos seus neste volume poderá incentivar o leitor a procurar, e a querer conhecer melhor, as suas obras. Sairia, não temos dúvida, muito beneficiado dessa incursão.

Um dos problemas fundamentais nos estudos da retórica e da argumentação reside no facto de os teóricos se encontrarem sempre na situação de procurarem sustentar as suas posições e definições através dos recursos daquilo mesmo que teorizam, ou seja, da linguagem, da retórica e da argumentação. Para enfrentarem esse problema, alguns assumem a natureza posicional e perspectívada das suas propostas teóricas, procuram mostrar a fecundidade das suas avaliações e juízos e não caem na tentação de se colocarem num plano normativo meta-argumentativo. Outros, pelo contrário, julgam que é viável aceder a um plano em que é possível determinar critérios gerais para avaliar argumentos e argumentações, cedendo a uma velha tentação filosófica — a da pela paixão das ultimidades, ou da filosofia primeira — e submetem a argumentação e a retórica a um juízo filosófico destinado a fixar-lhes os critérios e, assim, a discernir meta-argumentativamente — ou seja, num plano de autoridade que se quer subtrair à própria discutibilidade — o que é aceitável do que não é aceitável.

Neste volume, a questão dos posicionamentos descritivos e normativos atravessa vários textos, quer tendo como pano de fundo a irreduzibilidade da liberdade humana a um plano puramente formal (Chaim Perelman), quer processando-se em torno da noção de falácia (estendida à tradição dos «pecados da língua» por Christian Plantin), quer, ainda, pelo assinalar dos limites que as perspectivas funcionais apresentam ao quererem teorizar de cima (do ideal) para baixo (o real social) (Jean Goodwin).

A argumentação e a retórica — tal como a filosofia, aliás — têm problemas com a instituição do ensino. Em primeiro lugar, porque o seu corpo teórico nunca dispensa a questão personalizada — e irreduzível a uma mera dimensão técnica — da *aplicação*, ou seja, do quem aplica o quê a quem, em que situação e de que forma, pensando, assumindo-se e expondo-se. Se no texto de Wayne Brockriede é sublinhada a ideia de que as argumentações não estão nos argumentos, mas nas pessoas, o de Henry Johnstone Jr. é frontal

na afirmação de que a argumentação implica um risco para aqueles que nela se envolvem. Ora, é aqui que se abre o problema da articulação entre os planos teórico e prático, bem como a dificuldade, para as posições de teor acentuadamente teorista, em lidar com a componente performativa, situada e circunstanciada inerente às situações de argumentação, ou, dito de outra maneira, com dimensão prática — com todos os constrangimentos que a ação em contexto e a necessidade de deliberação exercem sobre o pensamento — em que as argumentações reais ocorrem. Esse é um aspeto que Christian Kock coloca em evidência com mestria ao evocar Aristóteles e com ele lembrar que a ação não é verdadeira nem falsa e que o critério da validade inferencial não se aplica à argumentação retórica. Numa orientação próxima encontramos também Ruth Amossy, menos preocupada com a análise dos argumentos de um ponto de vista lógico, mesmo que informal, e mais interessada em focalizar o discurso como a unidade em torno da qual é mais proveitoso e descritivamente mais adequado teorizar a argumentação.

As relações entre argumentação e retórica — um dos nós górdios da teorização desses domínios — são abordadas no texto de Michel Meyer, assim como a questão das relações entre retórica e dialética, tal como proposta por Aristóteles, é objeto do artigo de Moisés Olímpio-Ferreira. Trata-se de um aspeto decisivo do ponto de vista conceptual, pois desemboca em posições decisivas para o modo de teorizar. Assim, aqueles que partem de uma separação entre argumentação e retórica, mesmo que posteriormente tendam a incorporar a retórica como uma das dimensões da argumentação, pautam as suas concepções pela primazia dada aos processos lógicos. Pelo contrário, aqueles que tratam a argumentação e a retórica como sinónimas — como é o caso de Chaïm Perelman e de Ruth Amossy —, ou para os que consideram que, sendo distintas, são todavia indissociáveis — como é o caso de Michel Meyer — o ponto de partida é o de que a retoricidade é inerente aos usos da linguagem e do discurso e que a dimensão do raciocínio lógico está longe de esgotar a compreensão da comunicação intersubjetiva.

Assumindo uma posição que questiona e contesta certas visões lógico-normativas da argumentação retórica, Marc Angenot mostra, no seu artigo, que o domínio desta não é o da certeza exata, revelando-se antes como uma ciência do mais ou menos, numa tese

que acompanha a ideia de Wayne Brockriede de que a argumentação se situa «na zona média do *continuum* do mais ou menos de uma lógica variável e não de uma lógica categorial» ou a tese de Christian Kock para quem a argumentação retórica é um fenómeno multi-dimensional no qual os processos de avaliação ocorrem num procedimento de pesagem, confrontação e hierarquização de intensidades axiológicas, que muitas vezes conflituam entre si, e não por um sistema de exclusão que elege a unicidade do responder como característica necessária do ponto de chegada.

Aliás, uma outra questão teórica é a que gira precisamente em torno de saber se é adequado estipular *a priori* objetivos para as argumentações, ou seja, se podemos teorizar a argumentação a partir de finalidades específicas por elas visadas, podendo derivar-se dessas finalidades normas argumentativas. É também neste contexto que podemos colocar a questão do consenso *versus* dissenso. Para as teorizações que advogam que a argumentação tem uma finalidade, que essa finalidade é a resolução de conflitos e que esta se realiza através de movimentos dialéticos que conduzem a um consenso, o dissenso será sempre visto como uma falha, uma incapacidade, algo negativo. Já para aqueles que se recusam atribuir *a priori* funções específicas à argumentação (como é o caso de Jean Goodwin), ou que pensam que a diabolização do dissenso vai contra o melhor da tradição retórica (como é o caso de Loïc Nicolas), o dissenso afigura-se como uma situação normal e mesmo salutar, na medida em que promove o pluralismo e a diversidade de pontos de vista, reconhecendo-se que a tensionalidade posicional faz parte das dinâmicas sociais em que existem empenhamento cidadão e espírito crítico.

No entanto, é bom assinalar que, em matéria social e política, o consenso tem uma força determinante e é frequentemente aliado (com todas as repercussões ideológicas que isso tem) ao que «verdadeiramente é», uma convicção que facilmente faz despontar a intolerância para com o que é divergente. É a consideração desta tendência hegemónica do consenso que leva Christian Kock a realçar a ideia de «dissenso legítimo» ou Loïc Nicolas a procurar recuperar a tradição agonística da retórica.

O interesse pelo estudo da argumentação retórica tem como seu pano de fundo o problema da racionalidade e a noção de razoável (ou seja, remete para o uso da razão nas coisas humanas e

para certo ideal de coexistência), estando a racionalidade argumentativa ancorada na proximidade empática que as práticas dialógicas possibilitam. Mas não será que esta ideia de racionalidade argumentativa se vê atualmente posta em causa por práticas sociais e formas de poder cada vez mais assentes em mediações tecnológicas que, ao mesmo tempo que viabilizam e renovam possibilidades, conduzem também a uma crescente unilateralização da comunicação, avessa ao *pathos* que humaniza o diálogo? Esta é também uma questão abordada no texto de Rui Grácio que encerra o presente livro.

Algumas observações finais relativas a opções feitas na elaboração deste volume.

- Optamos por iniciar todos os artigos com um apontamento sobre o autor, um sumário e palavras-chave. Alguns artigos não tinham, no original, esses elementos, pelo que, em alguns casos, o seu acrescento é da nossa responsabilidade.
- Todos os artigos têm, em nota de rodapé, a sua proveniência. Agradecemos às respetivas instituições e autores a autorização para que a tradução portuguesa dos seus textos integrasse este volume.
- Optamos por não uniformizar as referências bibliográficas, bem como o português (que aparece nas suas variantes de português europeu e de português do Brasil), respeitando assim a diversidade.
- Introduzimos, ao longo dos textos, caixas de destaque que nos parecem poder estimular a leitura. Assumimos que neles seguimos critérios editoriais (que tocam sempre a quem organiza e concebe) e estamos também convencidos de que a função apelativa dos destaques poderá beneficiar o leitor no seu contacto com os textos.

Votos de uma boa leitura!

Os organizadores  
Rui Alexandre Grácio  
Moisés Olímpio-Ferreira